

## **Plano de Lutas aprovado no XI Congresso Ordinário do SITRAEMG**

Fortalecimento e avanço nas várias lutas do SITRAEMG por direitos e pelos direitos dos servidores:

- 1) Pela anulação da Reforma Trabalhista e construção coletiva de propostas que contemplem as necessidades de todos, sem perdas de direitos;
- 2) Pela revisão da lei da terceirização;
- 3) Pela anulação da Reforma da Previdência;
- 4) Pelo arquivamento e derrubada de todos os projetos de lei que atingem e prejudicam o servidor público, dentre os quais o PLS 116/17 e o PLP 248/1998, que propõem o fim da estabilidade;
- 5) Pela regulamentação da data-base e aprovação do projeto de negociação coletiva do servidor público;
- 6) Pela revisão salarial e Plano de Carreira Salarial;
- 7) Pelo fim dos privilégios do executivo, legislativo e judiciário, visto que estão sendo usados em detrimento dos servidores diretamente prejudicados há anos;
- 8) Realização/elaboração de campanha de valorização dos servidores públicos do Judiciário Federal de Minas Gerais, com veiculação nas mídias estaduais (outdoor, rádios, TV e outros), bem como encaminhar e cobrar da Fenajufe a realização de campanha similar em nível nacional.
- 9) Intensificação e estreitamento de relações com outras categorias, a fim de estabelecer pautas comuns de lutas;
- 10) Intensificação e manutenção de trabalho de pressão no Congresso Nacional e tribunais superiores em defesa dos direitos e interesses dos servidores;
- 11) Reivindicação e reiteração de pedidos anteriores para que o Sindicato tenha assento nos comitês e comissões dos tribunais, bem como possa acompanhar todas as mudanças e reestruturações que envolvam os servidores;
- 12) Pela garantia de que não serão efetuadas extinções de outras Zonas Eleitorais - além das 52 já extintas com o rezoneamento - sem a participação do SITRAEMG e servidores envolvidos;
- 13) Pela jornada de 6 horas;
- 14) Pela agilização da tramitação do PL sobre a possibilidade de advogar

Estabelecimento de várias estratégias de lutas:

- 1) Pela presença de representante dos servidores na Gestão do Orçamento do PJU;
- 2) Em defesa, na sociedade, da necessidade da aprovação da PEC da Segurança (confiança) Jurídica para a questão previdenciária;
- 3) Pela aprovação da PEC que proíbe alteração previdenciária ou trabalhista por medida provisória;
- 4) Pela imprescritibilidade das dívidas previdenciárias das pessoas jurídicas de direito público e privado e criminalização dos gestores;
- 5) Pela imprescritibilidade de crimes de improbidade administrativa, lavagem de dinheiro, peculato e outros envolvendo políticos.

Outras ações sindicais:

- Eleição de novo GTR (Grupo de Trabalho Regional) para discussão de mudanças no PCS;

- Criação de calendário e comissão para proposição de alterações no estatuto do Sindicato;
- Manutenção e incremento de ações do Sindicato - e propor também aos tribunais - de prevenção e combate ao Assédio Moral no trabalho;
- Discussão com os tribunais dos critérios utilizados para o estabelecimento de metas e as implicações disso para o adoecimento e prática do assédio moral no trabalho;
- Discussão com os tribunais e realização de pesquisa a respeito da adoção do teletrabalho e seus resultados e os efeitos para a saúde do servidor;
- Promoção de várias ações afirmativas para mulheres servidoras públicas do PJU em Minas Gerais, incluindo a criação do Núcleo do segmento;
- Incremento da luta contra a tentativa da extinção da Justiça do Trabalho;
- Luta contra a Reforma da Previdência: juntar com outras associações dos servidores do PJU e outras entidades de servidores públicos e trabalhadores da iniciativa privada;
- Criar ações voltadas para o envelhecimento saudável e seguro no trabalho do servidor público do judiciário federal - construindo uma cultura de participação do servidor nas ações ligadas à sua saúde;
- Que o Sindicato busque, junto aos tribunais, criar um canal de interlocução permanente de discussões sobre as demandas dos servidores de seus respectivos quadros, nos moldes do programa “Servidor em Pauta”, do TRT3, para subsidiar a atuação dos diretores de base nos locais de trabalho;
- Criação de grupos para discussão sobre saúde, direitos e defesa da pessoa humana, para discussão com a categoria e as comunidades;
- Incentivar os servidores a unificarem as lutas por direitos e qualidade de vida com as populações das cidades onde moram;
- Promoção da capacitação dos servidores para as lutas sindicais, acompanhamento das questões gerais de interesse da categoria e questões sociais.